

Urbanidade e Cosmopolitismo de Lisboa

Vitor Matias Ferreira*

Lisboa em Exposição poderia ser um modo ilustrativo de titular este ensaio, tendo em conta a origem e a “intenção” deste mesmo texto, assumidamente experimental¹. A cidade de Lisboa em exposição portanto, ensaiada contudo no seu contexto predominantemente *urbano*, o que de algum modo implica restringir essa visão tendo em conta a sua contemporânea configuração metropolitana. Mas uma tal restrição sócio-espacial vai de par com a própria natureza exploratória deste texto (tal como referimos na nota anterior), centrada assim numa abordagem mais propriamente cultural do urbano e ao questionar precisamente a urbanidade e o cosmopolitismo de Lisboa enquanto ilustração paradigmática daquele específico contexto urbano. Trata-se por isso de apresentar um conjunto de observações de algum modo sistematizadas sobre Lisboa – no sentido de “ver” e de “dar a ver” a cidade – procurando construir, deste modo, um feixe de *olhares* sobre aquela urbanidade e sobre aquele cosmopolitismo. Em certa medida, estamos perante uma certa mudança de registo analítico, no sentido de ensaiar agora uma visão *impressionista* da cidade no contexto urbano daquela dupla projecção histórica e sociológica da cidade e na abertura para a sua contemporaneidade. Urbanidade e cosmopolitismo constituem assim os dois referentes principais que poderão ajudar a *expor* essa mesma visão de Lisboa, através dos referidos olhares e pontos de vista, orientados contudo por uma determinada historicidade urbana e pelos respectivos modelos sociais e culturais que progressivamente a vão configurando. Ao fim e ao

cabo, a “intenção” deste texto é a de poder *mostrar*, ainda que parcialmente, algumas condicionantes mas também algumas virtualidades históricas, sociais e culturais da contemporaneidade de Lisboa.

Dois constatações iniciais, na sua aparente banalidade, permitem-nos ajudar a situar o enquadramento de partida. Constatamos pois, de imediato, Lisboa como capital de Portugal, mas também como cidade europeia. Afirmacões que sugerem, contudo, dois pressupostos: a cidade, no seu contexto metropolitano, é “demasiado” grande em relação ao país que representa; o país, na sua territorialidade, é “demasiado” pequeno em relação à Europa de que faz parte. Pressupostos banais, sem dúvida, mas que não deixam de sugerir diversas interrogações: estamos perante uma contradição geopolítica? Uma desigualdade territorial e social? Uma macrocefalia, sobretudo de ordem doméstica? Uma das consequências do processo económico à escala global? Uma condicionante histórica à expressão cultural da cidade? E as perguntas, ainda que um tanto óbvias, porque simplificadas, poderiam continuar, se tal fosse o caso. Mas, como é evidente, não estará em causa encontrar (?) respostas para as perguntas formuladas, mas, pelo contrário, parece mais fecundo manter aquelas constatações de partida em aberto, como pressupostos implícitos de interrogação da cidade, não na direcção das múltiplas dimensões que aquelas questões sugerem, mas através dos ditos olhares sobre a urbanidade e o cosmopolitismo de Lisboa.

* Catedrático de Sociologia do ISCTE. Contacto: vitor.ferreira@iscte.pt

¹ Realmente, este texto constitui uma versão simplificada de uma «nota de intenção» para uma Exposição sobre Lisboa, a realizar pelo Parc la Villette em Paris, em Outubro de 2003. Correspondeu assim a um documento base, a convite daquela instituição, a partir do qual fosse então possível *dar a ver, expor* precisamente a cidade de Lisboa. Como se compreenderá, a lógica discursiva daquele documento (que sem dúvida irá reflectir-se no texto aqui publicado), procura seguir a própria lógica de um *guião de exposição*, neste caso da cidade de Lisboa, o que, como sabemos, não é necessariamente coincidente com a «exposição» de uma específica abordagem analítica. Deste modo, enquanto guião de uma exposição, estará mais centrado num quadro metodológico expositivo, do que na explanação de diversos materiais empíricos justificativos de uma eventual opção analítica. Refira-se, finalmente, que uma versão ligeiramente diferente deste texto será integrada numa obra do autor, cuja publicação está prevista para este ano de 2003.

Lisboa, Finisterra Atlântica e Matriz Mediterrânea

Começamos, então, por sublinhar a condição determinante de Lisboa enquanto Cidade de Água, na sua estreita relação com o Mar Urbano que lhe esteve na origem e que lhe conferiu uma identidade muito particular, tal como noutras momentos tivemos ocasião de destacar². Esta mesma condição, pela força da sua materialidade e pelo projecto identitário que representa (ou que pode vir a representar) no imaginário urbano e metropolitano de Lisboa, constitui, sem dúvida, um *primeiro* (e imediato) olhar de apresentação de Lisboa. Recordemos então, sucintamente, a trilogia analítica que sustenta esta fundamental condição de Lisboa. Com efeito, partindo da constatação que as frentes de água de cidades marítimas ou fluviais constituem os próprios paradigmas das cidades de água, aquela trilogia abre-se, assim, para uma fronteira territorial (que não deve ser vista propriamente como um “obstáculo”), configurando uma determinada *simbologia identitária* e assumindo uma projecção *histórico-cultural*, num conjunto de dimensões que, globalmente, permitem uma caracterização determinante daquelas frentes de água. Dimensões articuladas entre si, naturalmente, em cujo contexto são tecidos os laços patrimoniais das cidades históricas e portanto, também, da cidade de Lisboa. Justificámos uma tal afirmação recordando igualmente que muito embora as cidades históricas, marítimas ou fluviais, tenham atravessado, muitas vezes, situações de crise, sobretudo no quadro económico e político, o mesmo não terá acontecido ao nível da sua própria identidade histórica e cultural, cuja perenidade acabou por sedimentar e projectar os traços patrimoniais, identitários realmente, daquelas mesmas cidades históricas. Uma tal materialidade imagética, levou-nos mesmo a questionar se aquele Mar Urbano, que identifica e que simboliza esta

“cidade de duas margens”, não constitui (ou poderá vir a constituir) um dos próprios fundamentos do *imaginário* da Metrópole de Lisboa!³

Mas a cidade de água de Lisboa tem, ainda, uma dupla condicionante histórica e cultural, na medida em que ela se constituiu, simultaneamente (?), como uma cidade atlântica, ainda que de matriz mediterrânea. Assim, aquelas condicionantes, sobretudo de ordem histórica e geográfica, conferem à cidade de Lisboa um quadro societal bastante heterogéneo, agregando assim, numa “mistura” complexa, múltiplos e variados comportamentos individuais, distintos modos e estilos de vida social e diferenciadas referências culturais, que no referido *magma societal* acabam por se assumir como bastante atípicos para qualquer um dos respectivos modelos de civilização urbana, tomados isoladamente.

Efectivamente, Lisboa, como *cidade atlântica*, é, em termos metafóricos, como uma personagem à beira de uma ravina, pronta a “partir” ou a “chorar” os que já partiram! É, sem dúvida, uma frágil condição: aparentemente, só existe em situação de ruptura, como se “tanto mar fosse demais...”. Mas uma tal situação de *finisterrae* (adiante voltaremos a este ponto), é também uma marca territorial, uma referência identitária, naquela fragilidade de partir e de ficar. A pulsão da partida confronta-se, assim, com a atracção das suas raízes identitárias. Lisboa atlântica tem, portanto, esta “ondulação” de partir e de regressar, como se fosse uma “terra de ninguém”, em que as ondas marítimas, participando naquela identificação territorial, imprimem um movimento de abandono, de volúpia e de reconquista! Numa tal alegoria, está implícito ainda o “desígnio” da emigração além atlântico, que quase sempre se projecta com o desejo do regresso... mesmo que, em muitos casos, ele acabe por não se cumprir!

Mas Lisboa é também, ainda que de modo mais difuso, uma *cidade mediterrânea*, pelo seu

² Uma das primeiras referências à abordagem das cidades de água, reporta-se a uma comunicação apresentada no *Colóquio Comemorativo dos 450 anos da Cidade de Ponta Delgada* (Universidade dos Açores, Março de 1997). Por outro lado, essa mesma comunicação acabou por desenvolver um texto inicial, apresentado no *Festival do Imaginário* (Associação Palha de Abrantes, Abrantes, Novembro de 1996). De referir que ambas as comunicações foram posteriormente publicadas. Finalmente, uma versão ligeiramente reformulada e desenvolvida, foi publicada em 1998. Mais recentemente, o autor apresentou uma versão do presente texto num Ciclo de Conferências «O Valor da Água», 2002, organizado por PROACT. O conjunto dessas reflexões, desenvolvidas em diversas direcções e reorganizadas na base de algumas pesquisas empíricas sobre as frentes de água urbanas e metropolitanas de Lisboa, deverá vir a ser integrada na obra do autor a publicar em 2003, tal como referimos na primeira nota.

³ Em virtude desta visão de Lisboa como cidade de água já ter sido suficientemente ilustrada, julga-se, em anteriores publicações (tal como referimos na nota anterior), limitamo-nos, neste momento, a assinalar muito esquematicamente essa específica condição da cidade que, em todo o caso e tal como sublinhámos, constitui sem dúvida um primeiro *olhar* sobre Lisboa e uma das visões mais marcantes de *expor* e de *dar a ver* essa mesma cidade!

clima, pela sua luz e, sobretudo, pela sua cultura. Uma tal percepção é mais evidente na subtileza dos seus materiais e das suas cores, no delineado do edificado e do tecido urbano, na confecção dos seus sabores e na oscilação dos seus humores, enfim, muito mais visível na própria cultura material do que no quadro dos comportamentos sociais, demasiado “confundidos” e em parte integrados nos fluxos permanentes de “outras gentes”, dada a grande abertura cultural da cidade ao “exterior” e aos forasteiros, não tanto por influências estritamente turísticas, mas em grande medida por razões económicas e sociais.

Mas donde vem, então, esta dupla condição societal urbana, histórica e cultural – numa dialéctica desigual, certamente – veiculada pelo que poderíamos considerar como uma certa “dominação” atlântica, mas também, num outro plano, pelo que sem dúvida constitui uma espécie de “resistência” mediterrânea? No contexto do continente português e tendo em conta o próprio quadro civilizacional e cultural em que ele se insere, é possível registar uma demarcação territorial bastante precisa, que como é óbvio não é exclusivamente de ordem física, entre o norte e o sul do país continental. É uma tal demarcação que nos permite sustentar a influência de uma cultura atlântica, sobretudo no norte do país, enquanto que, no sul, uma tal influência se reporta, predominantemente, a uma cultura mediterrânea, sobretudo de matriz islâmica.

Historiadores, como José Mattoso, geógrafos, como Orlando Ribeiro, arqueólogos, como Cláudio Torres, entre outros, ajudam-nos a estabelecer aquela demarcação, colocando a cidade de Lisboa, de certo modo, num espaço central de *mediação* entre aquela dupla influência civilizacional. A este nível, portanto, tais influências foram plasmadas, certamente, pelas respectivas componentes religiosas, o que levou José Mattoso a afirmar que aquela demarcação, não implicando uma diferenciação exclusiva, ficou marcada por duas importantes formações político-religiosas, a cristã e a islâmica e, mais tarde, também pela formação judaica (J. Mattoso *et al.*, 1992). E muito embora, ainda segundo o mesmo autor, a partir de 1147, com a Reconquista de Lisboa aos Árabes, aquelas influências religiosas se tenham podido alargar para outras crenças, sabemos que, ao fim e ao cabo, a religião judaico-cristã acabará por ser dominante, ainda que com graduações de certo modo distintas, a norte e a sul do país continental.

Trata-se, pois, de uma demarcação com profundas raízes culturais e civilizacionais e cuja expressão geográfica aparece relativamente bem delineada. Orlando Ribeiro estabeleceu com rigor essa demarcação que, sob o ponto de vista físico, desenha uma “fronteira” oblíqua em pleno centro do continente português, ao longo do rio Mondego. Realmente, “o Mondego pode considerar-se o limite entre as duas regiões assim demarcadas. Ao Sul deste rio, o domínio árabe foi mais duradouro e profundo, a reconquista mais tardia e lenta: aqui começa o Portugal feito já em parte pelos portugueses do Norte, que deles tomou as instituições, os usos, a língua e algumas tintas de uniformidade. Contraste de civilização, contraste de clima e de paisagens” (O. Ribeiro, 1945, 90). Em páginas anteriores, o autor era ainda mais explícito quando afirmava que “o contraste entre as serranias e fundos vales do norte e os monótonos plainos meridionais condiciona duas vocações humanas. De um lado, o isolamento e o localismo de uma população densa, ensimesmada e esparsa, onde apenas se inscreve uma forte acção histórica – a romana; do outro, caminhos fáceis e abertos, gente pouco numerosa em grandes núcleos afastados. Foi sempre aqui a larga porta de entrada de todas as influências culturais mediterrâneas (...)” (*op. cit.*, 86). E, sem dúvida, acrescentaríamos nós, Lisboa não deixou de constituir uma dessas portas de entrada, não só daquela influência mediterrânea, mas, ao fim e ao cabo, daquela dupla corrente civilizacional!

Esta mesma constatação vai ao encontro do posicionamento apresentado pelo historiador e arqueólogo Cláudio Torres, ao acentuar, no quadro dos encontros, mas também dos desencontros de diversas civilizações, um conjunto significativo de consequências da demarcação territorial acima mencionada, mas agora no próprio contexto da Península Ibérica. Assim, aquele maciço montanhoso “que muitos geógrafos romanos chegavam a imaginar como um prolongamento dos Pirinéus” (...) define uma grande fronteira natural entre o Norte e o Sul da Península Ibérica. É uma barreira (...) atravessada em quatro pontos principais, abertos desde sempre aos movimentos militares e às caravanas de almocreves”. E se cada uma destas “quatro grandes passagens-porto” irá constituir “a espinha dorsal das quatro nações medievais que decidirão o futuro político da Península” (recordadas pelo autor como constituin-

do os reinos de Aragão, Castela, Leão e Portugal), aquela quarta e última passagem liga, precisamente, “os caminhos da Galiza à via de Lisboa-Santarém” (C. Torres, 1992, 364), estando assim na origem da formação do reino de Portugal.

Porta de “entrada, “passagem-porto”, como não ver, então, Lisboa, enquanto referente histórico e cultural, como *mediação* territorial naquela dupla influência civilizacional, atlântica e mediterrânea, em cujas origens ancestrais a geografia terá tido, portanto, um papel determinante? Por outro lado, uma tal influência é largamente ilustrada através das “narrações” (cuja fiabilidade histórica não parece estar em causa) dos Cruzados Osberno e Arnulfo (*op. cit.*, 1936), aquando da conquista de Lisboa, depois de uma longa permanência árabe (mais de quatrocentos anos) nesse mesmo lugar. Poderemos admitir, certamente, alguma fantasia testemunhal por parte daqueles narradores, quando transcrevem supostos diálogos entre os sitiados e os conquistadores, mas não interessando, para o que aqui está em causa, discutir esses graus de veracidade, as observações que acabam por ser relevantes são, precisamente, as que se reportam aos conteúdos culturais e civilizacionais daquele confronto (cuja leitura se aconselha vivamente). Nessa medida, aquelas “narrações”, enquanto referência documental e iconográfica, ajudam-nos a compreender a referida matriz de duas culturas originalmente bem distintas entre si, que embora não exclusivas estão presentes em múltiplas formulações linguísticas, no quadro de valores, comportamentos e representações sociais, no domínio das crenças e dos “destinos”, enfim, numa simbiose cultural que, contudo, se torna hoje difícil destrinçar da sua matriz original.

Num tal contexto, aquelas múltiplas influências culturais exprimem-se, do ponto de vista social, de modo relativamente subtil como já o afirmámos, estando profundamente interiorizadas algures num “inconsciente colectivo” de Lisboa. Ou, por outras palavras, em diversas zonas da cidade são sobretudo as “pedras”, isto é, o quadro edificado, o alinhamento das vias, o próprio tecido urbano, para além de uma infinidade de elementos ditos monumentais, que acabam por ilustrar aquelas

diferenciadas influências culturais, de resto testemunhadas por sucessivas descobertas arqueológicas. Ao fim e ao cabo e à semelhança do que referimos a propósito das supostas crises identitárias das cidades de água, também a este nível a ambivalência civilizacional, atlântica e mediterrânea de Lisboa, continua a alimentar a própria matriz cultural da cidade, para além de uma certa “anomia” do presente e de eventuais vicissitudes do seu futuro.

Mas Lisboa situa-se também, já o dissemos, numa *finisterrae*, num território de “fronteira”, atlântica sobretudo do ponto de vista geográfico (a não identificar com a geografia física), mas também, como acabámos de ver, mediterrânea no sentido de uma específica demarcação histórica e cultural. Por isso, Lisboa confronta-se com diversas “fronteiras”, *materiais* nesta condição de *finisterrae*, simbólicas no paradigma das suas frentes de água oceânica, marítima e fluvial, *imaginárias* nos processos identitários de uma cidade de “duas margens”. Uma “fronteira” que condensa, ao fim e ao cabo, aquela condição terrestre com a projecção aquática da cidade, numa simbiose da terra com a água, em que a condição histórica e cultural de “partir” e de “voltar” se constitui, em última instância, como uma metáfora de quem vive, efectivamente, numa terra *finita* – isto é, onde a terra acaba... – mas também onde a vida se acaba!...⁴

Do Intersocial ao Multicultural – Lisboa a preto e branco

A voo de pássaro, Lisboa abre-se, realmente, perante um mar imenso que lhe configura uma imagem global muito forte, como sublinhámos atrás. Contudo, àquele nível, Lisboa é também, diz-se, uma “cidade branca”, instalada em sete colinas e coberta de casas “com várias cores”, no dizer do poeta Álvaro de Campos. A voo de pássaro, portanto, Lisboa surge assim como um amontoado de casas, rasgado pelos alinhamentos das ruas e unido pelos seus viadutos, num tecido de matizes brancas e atijoladas. Trata-se, curiosamente, de uma imagem *colorida*, porque a voo de pássaro, de

⁴ No texto inicialmente produzido, como «nota de intenção» da referida exposição sobre Lisboa, foram acrescentadas diversas observações sobre os movimentos migratórios, em que Lisboa tem sido, desde pelo menos meados do século passado, uma importante *I* (com «saída» assegurada, sobretudo nas últimas décadas, para a maior parte das periferias da cidade!...). Dado tratar-se, contudo, de situações relativamente conhecidas entre nós, não se julgou importante retomar aqui tais observações. Em todo o caso, adiante teremos ocasião de tecer alguns comentários sobre essa «miscigenação» social e cultural, sobretudo na cidade contemporânea.

resto a face mais aberta e visível, presente na maior parte dos guias turísticos. Uma tal imagem foi-se insinuando, progressivamente, em várias descrições da cidade, dando origem ao surgimento de diversos mitos, um dos quais é, sem dúvida, o daquela “cidade branca”. Como se, paradoxalmente, cada habitante de Lisboa fosse conduzido a ter uma *dupla* imagem da cidade, como um sintoma de eventual esquizofrenia: uma delas corresponde ao seu quotidiano urbano, vivido entre blocos de cimento e parqueamentos compactos de veículos, entre as novas urbanizações e manchas de casas abandonadas, mergulhado num espaço de qualidade muito desigual e na ausência de um espaço público abusivamente privatizado; em aberto contraste, surge uma outra imagem, ilustrada e colorida, vista algures apressadamente nas mãos de um turista ou num luminoso cartaz de publicidade e que o lisboeta distraído acredita ser a *sua* cidade!

Mas, por momento, os Corvos da Cidade (os símbolos emblemáticos de Lisboa) deixam de voar! É altura para corrigir a visão, sobrepondo aquelas perspectivas distintas e contrastadas, como se se tratasse do “negativo” e do “positivo” de uma mesma imagem fotográfica. Uma tal imagem adequa-se melhor ao “passado glorioso” da cidade, mas também ao “realismo incerto” do presente de Lisboa, mais próximo, ao fim e ao cabo, do que pode vir a ser o seu futuro. Cidade Branca, Cidade Negra (ou vice-versa), numa alegoria urbana jogando, assim, com o “impressionismo-romântico” de Alain Tanner (no século vinte), com a sua “cidade branca”, mas onde também parece surgir o “expressionismo (neo)realista” de George Sand (no século dezanove) com a sua “cidade negra”. Trata-se, realmente, de uma alegoria, dialogando assim, simultaneamente, com as duas faces de uma mesma condição urbana.

São, também, as duas faces de Lisboa do ponto de vista social e urbanístico, duas faces contraditórias que fazem parte da *mesma* cidade. Isso não significa, contudo, que se esteja perante uma realidade dicotómica, num modo maniqueísta de ver a cidade, como se tivéssemos, de um lado, a face “branca” da cidade e, do outro, a face “negra” de Lisboa. Ou como se fosse possível distinguir o “branco” urbanístico, do “negro” social, ou vice-versa! Realmente, o que a alegoria nos permite antever é que estaremos sempre perante distintos planos de observação, diferentes escalas de leitura e de vivência da cidade. A voo de pássaro, como

vimos, Lisboa parece apresentar aquelas duas faces de um modo bastante distinto, mas trata-se, efectivamente, de uma imagem efémera e finalmente enganadora. Pelo contrário, olhando a cidade com maior proximidade, as imagens são quase sempre mistas, vestidas de “branco” e de “negro”, simultaneamente. Por isso, o desafio, que não se pretende necessariamente dialéctico, é o de *dar a ver* a cidade através de múltiplas imagens, digamos a *preto e branco*, que são ainda as cores que mais próximas se parecem da realidade de Lisboa!

Em todo o caso, sabemos que Lisboa mudou bastante nos últimos quinze anos. Mudou ao nível da sua estrutura urbana, dos seus equipamentos, do quadro edificado em geral. Mas mudou também do ponto de vista da sua composição social e cultural, num processo estreitamente associado às mudanças económicas e políticas (do país e naturalmente também da sua capital). Tais transformações implicaram, assim, importantes mudanças nos comportamentos colectivos, nos modos de apropriação urbana, nos estilos de vida, nas relações culturais. Num tal contexto, as imagens da cidade (no plural) mudaram e diversificaram-se igualmente, repartidas em direcções muito variadas, por vezes contraditórias, mas sempre relativamente abertas e dependentes, obviamente, dos *olhares* sobre essas mesmas mudanças.

Numa homologia com as observações anteriores, sobre o “branco” e o “negro” de Lisboa, aquelas imagens levam-nos então para uma outra distinção, que não deixará de nos encaminhar para outros *retratos* da cidade. Cidade de Dia, Cidade de Noite, distinguindo, literalmente, os dois momentos de uma mesma jornada urbana, abrem-se, assim, para imagens urbanas diferenciadas, muito polarizadas pelo *vivido* na cidade, através de acções e de comportamentos colectivos de apropriação urbana de Lisboa. Haverá, certamente, uma distinção importante, ainda que um tanto arbitrária, entre os residentes de Lisboa e os “utentes” da cidade, que estará na origem de uma diferenciada projecção de imagens (relevando da cidade, da metrópole e do seu próprio exterior), mas que acabam por se cruzar e por se articular de modo distinto, durante o dia e ao longo da noite. Decorrente da composição social e da agregação cultural daqueles múltiplos agentes e actores, nos dois momentos da jornada urbana, é possível identificar, assim, a produção de diferentes práticas

urbanas, de distintos estilos de vida, de variados modos culturais que, em conjunto, configuram uma determinada tipificação, de algum modo estratificada e por vezes conflitual, de grupos sociais, de comportamentos colectivos e de modos de apropriação da cidade. A partir de uma tal tipificação, seria possível referenciar, então, os *protagonistas* principais da “noite para o dia” de Lisboa⁵.

É certo que em relação aos protagonistas do “dia” da cidade, a sua referenciação decorre, sobretudo, da respectiva estrutura social e da correspondente dinâmica cultural, na medida em que aquela cidade é, ao fim e ao cabo, a cidade “normal” de todos os dias... Nessa medida, é possível alcançar uma melhor especificação do perfil daqueles protagonistas através dos fluxos de mobilidade urbana que por múltiplas razões cruzam a cidade, desenhando, desse modo, uma intrincada malha de relações que do ponto de vista social aparenta ser bastante indiferenciada. Sabemos que a um nível mais geral, digamos metropolitano, aquela mobilidade é bastante estruturada por aquilo que, tecnicamente, se designa de “movimentos pendulares”, parecendo direccionar, assim, aquela malha de relações. Contudo, no quadro quotidiano da cidade de “todos os dias”, é ainda aquele magma de relações que, sobretudo em determinadas zonas cidade, potenciam uma intensa dinâmica urbana, socialmente indistinta mas culturalmente compósita.

De certo modo, é sobretudo a *cumplicidade* da “noite” na cidade que é mais propícia ao surgimento de acontecimentos relevantes ainda que muitas vezes efémeros, à possibilidade de agregações colectivas tantas vezes por simples adição, à formação de afinidades várias embora ocasionais, à imaginação de comportamentos por vezes inovadores, enfim, a um conjunto muito heterogéneo de acções de algum modo “transgressoras” face à “normalidade” do dia-a-dia da/na cidade. Talvez seja um tanto abusivo falar de *movida* no contexto de Lisboa, estabelecendo comparações com algumas cidades de Espanha (nomeadamente, Madrid e Barcelona), hoje um pouco generalizadas a diversas cidades europeias, sobretudo do sul de influência mediterrânea. Independentemente de tais influências, um tanto

mistificadas, pode-se admitir que a *transfiguração* do dia para a noite de Lisboa é emblemática em relação a alguns dos efeitos acima indicados, em particular ao nível da relevância de certos acontecimentos e na própria manifestação de diversos tipos de comportamentos colectivos.

Seria possível, assim, referenciar certas zonas de Lisboa, na generalidade situadas no interior da parte mais antiga da cidade, ou seja, no contexto do centro histórico de Lisboa, em que quase sempre se passa “alguma coisa”, constatando-se, no entanto, que tais vivências são bastante heterogéneas sobretudo do ponto de vista social. Sublinhar esta heterogeneidade não significa ignorar a existência de determinadas tendências ou polarizações sociais, ainda que num quadro urbano de acentuada intersocialidade. Pelo contrário, ao nível propriamente cultural (nomeadamente se introduzirmos uma ponderação étnica, de nacionalidade ou similar), é possível referenciar locais, acontecimentos ou comportamentos que, de algum modo, parecem apelar a uma assumida homogeneidade local, identificada a partir de certas especificidades culturais, que como tais são entendidas, pelo menos no quadro do imaginário dos “outros”!

Referimos atrás importantes mudanças da cidade, nos últimos quinze anos, em especial no que se refere aos respectivos comportamentos de apropriação da cidade. Num tal quadro de mudança, é possível referenciar, assim, lugares urbanos que sempre (?) foram da “noite” de Lisboa – mesmo se, durante o dia, a vida da cidade segue (quase) como sempre... – registando-se, simultaneamente, a “descoberta” de novos locais, em especial os situados junto ao Tejo ou mesmo nas frentes de água de Lisboa. É certo que a intervenção urbanística na zona oriental da cidade (a propósito da Exposição em 1998), permitiu o relançamento desta proximidade entre a cidade e o seu rio (um mar urbano, como tivemos ocasião de enfatizar). Em todo o caso, é bom ter presente que esses tipos de intervenção, procurando inverter a longa situação de uma cidade que se expandiu “de costas para o rio”, têm alguns antecedentes, nomeadamente em Alcântara, para além de acções mais pontuais na margem esquerda de Lisboa. Por isso,

⁵ Permito-me recordar, uma vez mais, os objectivos do presente texto, enquanto «nota de intenção» de uma exposição sobre Lisboa. Em tais condições, pretende-se, sobretudo, desenhar *o fio condutor* dessa eventual exposição e não propriamente apresentar resultados de uma hipotética pesquisa empírica.

no contexto dos presentes “olhares” sobre a cidade, a generalidade deste tipo de intervenções nas frentes de água, hoje relativamente consolidadas, parece apontar para o que designaríamos como uma *cultura das docas*, no quadro da qual a fruição do rio constitui, sem dúvida, um modo muito particular de fruição da própria cidade.

Uma tal postura cultural leva-nos a concluir que a vivência da “noite” em Lisboa é mais *pública* do que privada, ainda que essa vivência se possa processar em espaços com alguma privacidade (mas de uma privacidade muitas vezes ocasional) ou mesmo “reservados”, sendo que, na maior parte das situações, pressupõem quase sempre um generalizado acesso público. Como se compreenderá, não é propriamente o estatuto jurídico da propriedade desses espaços que aqui está em causa. Uma vez mais, a matriz mediterrânea de Lisboa, que atrás assinalámos, pode ajudar-nos a entender aquele modo muito particular de “publicitação” da vida quotidiana, que certamente estará na origem daquilo que determinada literatura designa de “cultura de rua” (cfr., entre outros, Isaac Joseph, 1998), numa abordagem estreitamente articulada com a própria problemática dos espaços públicos urbanos. Por sua vez, esta mesma problemática é indissociável do próprio debate, mais de ordem filosófica, sobre a condição pública da cidade que, sem sofismas, apela desde logo à raiz *pública* daquela condição urbana, decorrente, de resto, de um entendimento mais profundo da própria noção de cidade. Num tal enquadramento, portanto, é através daquela cultura de rua, que embora não específica da “noite” de Lisboa, se projecta com maior exuberância as múltiplas vivências públicas na cidade.

Invocámos atrás a intersocialidade dos modos de apreensão e de apropriação de Lisboa (e de certo modo também do próprio país). Efectivamente, pelo menos desde o século XVI, Lisboa aparenta ser uma “cidade de mui e desvairadas gentes”, na célebre afirmação de Luís de Camões em meados desse século. “Desvairadas gentes”, realmente, na sua multiplicidade de sentidos e de significados, sublinhando o mosaico social e cultural de uma cidade aberta a vários “espantos” e “desvarios”, mas também a diferenciadas “perdas” e “paixões”,

numa efemeridade consequente, ao fim e ao cabo, com aquela mesma abertura ao “exterior”!⁶ Em última análise, seja ao nível de um certo arcaísmo linguístico, seja na sua formulação mais actual, estaremos sempre, aparentemente, perante um quadro urbano histórica e culturalmente semelhante, no contexto metafórico daquela multiplicidade de sentidos e de significados.

Ao nível mais propriamente empírico, contudo, Lisboa apresenta-se em termos menos metafóricos e mais “realistas”. Com efeito, aquele quadro urbano, que é também de projecção metropolitana como se sabe, é diariamente cruzado por intensos e compactos fluxos de utentes, originando na cidade “intra muros” um *puzzle* de diferenciados estratos sociais, mas também de distintos padrões culturais. Naturalmente, uma tal diversidade social e cultural tem matrizes históricas e antropológicas relativamente bem demarcadas, tanto nas suas origens como nos seus projectos. Contudo, num contexto de acentuada agregação (mantendo, quase sempre, as respectivas distâncias sociais e culturais...), aquele magma social e cultural actua numa espécie de “ reacção em cadeia”, na medida em que ele se vai estruturando através de um processo progressivo e recíproco de efeitos de socialização e de aculturação.

Recordemos, assim, que uma boa parte da população (sobretudo a mais idosa), habitando no espaço metropolitano de Lisboa, mas trabalhando na cidade “central”, é oriunda de outras regiões do país, tendencialmente do centro de Portugal, a que habita na margem norte da Metrópole de Lisboa e em grande parte do Alentejo a que acabou por se instalar na respectiva margem sul. Em aberto contraste e amiúde com sublimadas conflitualidades, a generalidade das novas gerações resultantes desses “rurais desenraizados” (no dizer de Raymond Ledrut, 1968), acabou por viver processos de significativa mobilidade social e por vezes também espacial, constituindo, em grande medida, as novas camadas das ditas classes médias – de inserção *urbana*, na conclusão de F. L. Machado e A. F. da Costa (1998) – habitando assim em espaços mais “qualificados” da Metrópole de Lisboa.

É certo que, em período mais recente, se registou uma nítida transformação na composição

⁶ No original (em francês), permitimo-nos um certo jogo etimológico e linguístico, a propósito daquele termo «desvairadas», desdobrando assim aqueles sentidos e significados em torno de «effarements» (espantos, assombros, ...), «affolements» (loucuras, desvarios, ...) e «egarements» (perdas, extravios, ...)!

social e cultural da população da Metrópole de Lisboa. Desde logo, com o regresso progressivo de emigrantes vindos do estrangeiro, em que é possível assinalar uma socialização mais “modernizada” (sobretudo dos regressados da Europa), visível através de modos de vida muito diferentes face ao quadro social e cultural demasiado “fechado” donde emigraram. Mas transformação social e cultural, ainda, devido à maciça chegada, em meados dos anos de 1970, de “retornados” das ex-colónias portuguesas em África (dos quais, cerca de metade acabou por se instalar naquele espaço metropolitano de Lisboa) e cuja aculturação é atravessada por profundas ambiguidades, não só devidas à nostalgia de um espaço em que socialmente tinham “importância”, mas também alimentadas pela “raiva” de um tempo definitivamente terminado!

Realmente, aquela conjuntura marcou profundas transformações na composição social e cultural da população do país e, portanto, no espaço metropolitano polarizado pela sua capital. Assim, a partir daquela década de 1970, Lisboa passa a ser, também, um local de chegada de imigrantes vindos sobretudo de África – primeiro de Cabo Verde e mais tarde de outros países de língua oficial portuguesa, nomeadamente, de Angola, Guiné e Moçambique. A partir daquela conjuntura, a imigração para Lisboa passou a intensificar-se, num processo que não deixa de apresentar semelhanças importantes, cerca de quarenta anos antes, com outras cidades europeias, como foi o caso de Paris que chegou a ser, naqueles anos 70, a “segunda maior cidade” de Portugal! Mais recentemente, aqueles novos migrantes chegam sobretudo do Brasil, mas também de diversos países do leste europeu (ucranianos, russos, moldavos, etc.), sendo contudo duvidoso se Lisboa funciona como um “ponto de chegada” ou como uma “encerzilhada de hipóteses”, face a outros destinos possíveis...

Como é evidente, todo este *puzzle* de pessoas, de comportamentos, de movimentos e mesmo de “cores”, não é homogéneo do ponto de vista social. Ao fim e ao cabo, haverá certamente uma espécie de “sobredeterminação” económica e política estruturando uma matriz societal com diferentes graus de liberdade. Não se tratando, naturalmente, de um esquema determinista, será numa tal matriz que se irão jogar significativas especificidades de ordem cultural, multiplicando e diferenciando comportamentos colectivos, marcas identitárias,

padrões de referência. Para além daqueles condicionamentos de ordem económica e política, que permitem medir a fluidez da mobilidade social, o mosaico final é já suficientemente misto – uma *mixité urbaine*, tal como Roselyne de Villanova (2001) a nomeou – impedindo assim uma leitura autónoma, independente daquelas componentes sociais e culturais. Deste modo, a composição social e cultural dos habitantes da Metrópole de Lisboa joga, simultaneamente, com uma condição *intersocial* e com uma projecção *multicultural*, cujo resultado final não deixa de contemplar, em cada momento, uma certa contraditoriedade ao nível social e mesmo alguma conflitualidade de ordem cultural.

Num tal contexto, não parece possível concluir que a cidade de Lisboa vive na “paz social” daquele quadro societal – sendo certo, contudo, que em termos mais directamente económicos e políticos, a conflitualidade é, por vezes, bastante manifesta!... Por outro lado, as modalidades de segregação social e espacial são, por vezes, relativamente subtis. Em todo o caso, se não parece adequado falar propriamente de “guetos” (no sentido forte do termo) para certas camadas sociais ou grupos étnicos mais frágeis, é possível, contudo, demarcar na cidade determinadas zonas com conotações simultaneamente sociais e culturais muito específicas, que não deixam de estar ou de se assumir como segregadas face ao “exterior”. E se, em princípio, na cidade não há propriamente zonas “interditas”, no sentido de não ser possível sequer a sua “visita” – o que não se poderá dizer o mesmo em relação a diversas áreas nos espaços metropolitanos envolventes! – da parte da generalidade dos residentes de Lisboa existe a percepção, contudo, que certas zonas são de “evitar”. É o caso, por exemplo, das zonas de grande concentração de habitação dita “social” ou mesmo de alguns lugares predominantemente ocupados, quer ao nível da residência quer nos respectivos espaços envolventes, por determinadas comunidades étnicas relativamente fechadas – e, nestes casos, pode-se sempre questionar *quem* decidiu que aqueles espaços são, efectivamente, “fechados”!

Tais são, pois, alguns dos pontos de referenciação desta dupla face de Lisboa, estreitamente marcada pelas respectivas valências sociais e culturais dos que produzem a cidade e dos que dela se apropriam, em moldes diferenciados como vimos. Chegados aqui, portanto,

e do ponto de vista de *dar a ver* a cidade intersocial e multicultural, seria possível assinalar, no mapa de Lisboa, os lugares mais emblemáticos daquela dupla ponderação societal, procurando cruzar, no entanto, essa localização demasiado rígida, com a própria dinâmica urbana de um espaço claramente metropolitano. E se, a propósito do *puzzle* que falámos atrás, as múltiplas visões da cidade parecem decorrer, neste caso, da recomposição social e cultural das “peças” daquele jogo, as “apostas” a fazer (no pressuposto de *dar a ver* a cidade) não poderão deixar de manter suficientemente abertas as respectivas “regras do jogo”, na presunção, ao fim e ao cabo, que se está perante uma realidade social e cultural em permanente processo de reconstrução!

Identidades, Representações, Imagens – uma mitologia de Lisboa?

Continuamos, portanto, no contexto “impressionista” de uma exposição sobre Lisboa, no sentido anteriormente referido, procurando explicitar agora alguns dos materiais expositivos que poderão suscitar um conjunto de *olhares* sobre a presente trilogia, jogando assim com identidades, representações e imagens da cidade. Certamente que o percurso anterior, entendido em termos textuais, mas também expositivos (no duplo sentido do termo, isto é, como “descrição”, mas também como “exposição”, propriamente dita), acabará por estar presente neste momento, na medida em que a trilogia das identidades, representações e imagens de Lisboa apela, ela própria, para correspondentes “chaves de leitura” de boa parte dos referidos materiais expositivos. Dito de outro modo, a presente abordagem é agora transversal às anteriores perspectivas sobre Lisboa, que embora parcelares e sem dúvida parciais, deverão ser, assim, integradas numa mesma leitura que, simultaneamente, contemple as cores da cidade (a “preto e branco”, como vimos), os *tempos* de uma mesma jornada (através dos contrastes do “dia para a noite”) e a *condição urbana* de referência (na sua dupla valência intersocial e multicultural).

Tais visões *impressionistas*, como temos vindo a sublinhar, não são contudo inocentes do ponto de vista analítico, como parece evidente. Por isso sabemos que as identidades urbanas de Lisboa remetem, de imediato, para as representações sociais da cidade, numa situação homóloga à que

nos impede de discutir aquele espaço urbano sem estabelecer as relações com os respectivos actores sociais que, precisamente, vão produzindo, de modo diferenciado e discriminado, como vimos, aquele mesmo espaço da cidade de Lisboa. Será talvez uma definição um tanto académica, mas é bom recordar que a cidade é um espaço *socialmente construído*, nos seus múltiplos significados, nomeadamente no sentido teórico, empírico e mesmo metafórico de uma tal enunciação. O que nos permite evitar uma leitura das identidades urbanas de Lisboa no sentido estritamente físico do respectivo espaço urbano, tal como não parece possível reduzir as representações sociais da cidade a um elenco de papéis de simples representação (como meros “figurantes”, portanto) dos diversos agentes urbanos.

Como princípio metodológico de leitura da referida trilogia, centremo-nos, então, nos diversos lugares genericamente designados de *bairros* da cidade, enquanto demarcação urbanística, mas decorrente sobretudo das respectivas especificidades de ordem social e cultural e não propriamente ao nível administrativo. Constituem, assim, lugares emblemáticos de polarização sociocultural, cuja referenciação identitária, não sendo espacialmente imutável, introduz uma dinâmica urbana subtil mas significativa em relação àquela trilogia. Diversos estudos recentes, nos domínios da sociologia e da antropologia, têm vindo a fundamentar esses processos urbanos, quer ao nível analítico, aprofundando a trilogia de partida, quer em termos empíricos, ilustrando as dinâmicas identitárias, os processos de representação social e, ao fim e ao cabo, a trama de relações dos diversos actores sociais dos correspondentes lugares, entretanto estudados. Ressalve-se, contudo, que a generalidade desses estudos se reporta à cidade “central” – ou, noutros termos, ao Centro Histórico de Lisboa – o que, sem dúvida, limita eventuais generalizações, nomeadamente no quadro metropolitano da capital do país.

Sem preocupações de exaustividade, refira-se desde já um estudo centrado no bairro de Alfama (um dos bairros mais “visitados”, e não só pelos turistas de Lisboa, o que não significa que seja dos mais “conhecidos”!). O título do estudo, de A. Firmino da Costa (1999), é já uma “tese” de abordagem das identidades urbanas e das representações sociais de Lisboa – estudo esse que o autor designou de *sociedade de bairro*, mas com

a precisão de que se trata das “dinâmicas sociais da identidade cultural” daquele espaço de observação. Não estando em causa, como é evidente, recensear a obra em causa, retenhamos, no entanto, aquela noção de “sociedade de bairro”, que postula uma hipótese expositiva de Lisboa extremamente fecunda, no sentido precisamente de dar a ver as diversas “sociedades” – que, repete-se, são organizadas a partir das dinâmicas sociais das respectivas identidades culturais – constitutivas realmente da heterogeneidade social e cultural de Lisboa, que abordámos atrás.

Uma tal hipótese expositiva pode ainda ser complementada a partir de um outro estudo, de Graça I. Cordeiro (1997), que situando-se a partir da antropologia urbana, analisa o quotidiano, a memória e as representações de um outro bairro da cidade, neste caso, o bairro da Bica. No quadro daquela abordagem, a autora constatou uma diferenciada percepção, por parte dos habitantes desse espaço urbano, em relação aos limites e à respectiva configuração do respectivo bairro, ou melhor, em relação aos próprios processos de “identificação com o bairro”, o que a levou a concluir, de modo sem dúvida paradoxal, pela existência de diversos “bairros”, quando estão em causa distintos processos identitários e de representação dos lugares de referência. E se a autora acabou por titular o seu estudo como “um lugar na cidade”, não será, propriamente, para assinalar “um sítio”, no sentido geográfico do termo, mas para sublinhar até que ponto aqueles “lugares de referência” acabam por ser *construções colectivas*, decorrentes dos jogos identitários, das redes de representação, enfim, do respectivo magma social e cultural em estreita interacção com os correspondentes lugares de referência.

Estamos ainda perante um “puzzle” expositivo muito heterogéneo, cruzado por “sociedades de bairro” e por “lugares de referência”, num mosaico sociocultural e urbano portador e criador de múltiplas *imagens* da cidade. Uma tal pluralidade de imagens, certamente contrastadas ainda que articuladas entre si, permite sublinhar, uma vez mais, aquela mesma heterogeneidade social e cultural, mas demonstra sobretudo a não unicidade

identitária de Lisboa, recusando por isso identificar a cidade com uma suposta “essência” singular, ideia que contudo ainda hoje é admitida por muitos “pensadores” da cidade!⁷ Por outro lado, tratando-se de imagens tendencialmente “localizadas”, elas apelam, permanentemente, a referentes mais globais, o que pressupõe remeter aquelas imagens para o quadro de sinais e de significações daquele cruzamento de “sociedades” e de “lugares”, face à cidade-metrópole de Lisboa.

De acordo com o esquema expositivo que temos vindo a seguir, aqueles referentes tenderão a uma explicitação permanente, enquanto “jogos de imagens” (que não “jogos de espelhos”!), através dos quais se vão estabelecendo códigos de leitura dos materiais em exposição. Por outro lado, postulámos atrás que esta última leitura da cidade, em torno das identidades, representações e imagens de Lisboa, não deixaria de ser transversal às observações e aos olhares entretanto percorridos. Isso mesmo leva-nos a admitir, agora, que aqueles referentes podem ser formulados a partir de uma tripla referenciação, de algum modo expressa ou implícita nas leituras (e nos olhares) anteriores. Concretamente, *o mar, a cidade e a metrópole*, ainda que relativamente genéricos na sua simples enunciação, parecem constituir três pólos de referenciação determinante, tendo em conta o contexto expositivo em causa.

Desde já, o *mar*. Não será necessário, certamente, retomar as observações anteriores sobre a condição, aparentemente paradoxal, de um rio tornado mar, não só pela sua projecção dita ribeirinha (numa visão demasiado localizada), mas ao fim e ao cabo efectivamente marítima, como também pelo seu papel aglutinador (ou estruturante, numa linguagem mais técnica) de uma cidade de “duas margens”. Com efeito, o carácter *impressivo* do estuário do Tejo, não tanto pelas suas dimensões, mas sobretudo pela sua assunção como um mar “interino” (e de algum modo também “uterino”, se tivermos em conta o seu papel na formação originária da cidade!), constitui não só uma imagem muito forte de identificação de Lisboa, como se projecta, de modo incisivo ou subtil, no próprio imaginário da cidade. Como vimos noutra momento,

⁷ Refira-se, a propósito, um primeiro estudo colectivo realizado no Centro de Estudos Territoriais do ISCTE – *Uma Aproximação às Identidades de Lisboa*, 1992 (em que o autor deste texto participou, juntamente com outros investigadores, entre os quais precisamente A. Firmino da Costa, para além de Isabel Guerra, Maria Calado, J. Pais de Brito e J. Luís Casanova), no qual se procurou fundamentar uma postura de análise sobre a problemática das Identidades no sentido que acabámos de enunciar. Para uma aproximação sucinta àquele primeiro estudo (que por vicissitudes várias não teve seguimento), cfr. V. Matias Ferreira e Isabel Guerra, 1994.

um tal imaginário – que participa amplamente nos processos identitários e de representação dos lisboetas, materializável, nomeadamente, em formas literárias e poéticas, mas também em termos plásticos – joga numa dupla valência de referenciação, urbana e metropolitana. Deste modo, no primeiro caso, aquele “mar urbano” articula-se fortemente com a cidade, rompendo então, como vimos, os limites estreitos e simplesmente fluviais da respectiva zona ribeirinha, para se jogar plenamente naquelas “frentes urbanas” e assim configurando Lisboa como uma Cidade de Água! Num quadro identitário homólogo, a segunda valência decorre do referido papel aglutinador daquele estuário, constitutivo de uma “cidade de duas margens”, conferindo assim, a essa imensa massa aquática, a condição de um “mar metropolitano” que como tal se projecta, qual utopia, no próprio imaginário da Metrópole de Lisboa!

O rio e o estuário do Tejo desdobram-se, assim, em diversas frentes urbanas e metropolitanas, mas sempre *frentes de água*, multiplicando as imagens da cidade e diferenciando social e culturalmente os modos de vivência e de apropriação desses espaços de “fronteira” identitária, porque de ambiguidade territorial, como então procurámos ilustrar. E vimos, então, como aqueles novos modos de apropriação das referidas frentes de água se conjugam, igualmente, com as mudanças registadas, nos últimos anos, nos estilos de vida urbana e nos sinais *exteriores* da vida cultural na cidade – a não confundir com a cultura urbana, enquanto tal, isto é, enquanto cultura da cidade! – num conjunto de efeitos circulares que, em última instância, acabam por sublinhar o carácter emblemático daquela íntima relação da terra com a água! A experiência cultural, no sentido da criação de “imaginários urbanos”, desenvolvida ao longo da realização da Exposição de Lisboa, em 1998, que referimos atrás – exposição intencionalmente instalada numa zona, entretanto recuperada, da frente de água de Lisboa – não deixou de exercer alguma pedagogia sobre aquela íntima relação, acentuando, assim, as formas de aproximação da

cidade com o seu rio. Que aquela mesma pedagogia tenha acabado por ser um tanto mistificada (porque associada a uma suposta operação de “requalificação urbana”, cujos limites sociais e urbanísticos tivemos ocasião de analisar noutro momento – cfr. V. Matias Ferreira e Francesco Indovina, eds., 1999), é algo que permite enfatizar, antes, os níveis de rentabilidade económica e o grau de ambiguidade política associados àquelas frentes de água, que não propriamente em relação às potencialidades da sua apropriação social e cultural.

Mas as imagens urbanas de Lisboa e os seus jogos simbólicos, podem ainda ser referenciados, tal como sugerimos atrás, em relação à própria *cidade*, por mais difuso que possa ser um tal referente! De algum modo, poderíamos mesmo considerar uma tal afirmação como redundante, se não mesmo tautológica, uma vez que, ao fim e ao cabo, são as próprias imagens da cidade que aqui estão em causa. Contudo, no contexto expositivo que estamos seguindo, aquele referente assume pertinência, julga-se, se considerarmos a cidade ao nível *simbólico* do seu próprio enunciado, para além, portanto, dos seus limites territoriais, dos seus problemas sociais e urbanos, das suas contradições políticas.

Numa tal referenciação simbólica, a cidade situa-se muito mais no quadro de um potencial imaginário *colectivo*, do que em imagens que ela possa ter de si mesma, em grande medida parcializadas porque tendencialmente “localizadas”. Em certo sentido, é a este nível que mais se estreita e se confunde a relação entre as imagens da cidade e a simbólica urbana, num jogo tentador do que poderíamos designar de *imaginários simbólicos* de Lisboa⁸. Não estaremos certamente em condições, neste momento, para avançar nesta hipótese expositiva, nomeadamente porque ela apela a um discurso claramente pluridisciplinar (da sociologia e da antropologia, sem dúvida, mas também da história e da filosofia), remetendo, em última análise, para o que já foi designado de *mitologia portuguesa* – em relação à qual a referência a Eduardo Lourenço (nomeadamente,

⁸ Sem se situar exclusivamente no quadro dos imaginários simbólicos de Lisboa, mas como introdução à problemática em causa (embora num contexto anterior ao debate sobre o projecto da modernidade), refira-se a obra colectiva editada pelo ACARTE, 1989.

1999) é sem dúvida primordial e paradigmática! – a partir da qual seria necessário explorar, então, uma eventual *mitologia lisboeta*.⁹

Eis nos chegados, assim, a um último referente de discussão daquelas imagens da cidade e da simbólica urbana de Lisboa – e que se reporta, precisamente à respectiva *metrópole*. Tendo em conta os diversos olhares sobre a cidade, entretanto percorridos, este referente parece articular-se, estreitamente, com a própria dimensão política e ideológica dos diversos *projectos de cidade*¹⁰, que no quadro daqueles imaginários simbólicos, se jogam, de modo explícito ou no inconsciente colectivo dos actores em presença (e em acção,

portanto), na referida metrópole. Em todo o caso, o que parece ser suficientemente ilustrativo – no quadro de uma eventual exposição sobre Lisboa – é o de admitir a multiplicidade daqueles “projectos de cidade”, a partir da construção e reconstrução (desconstrução?) de uma importante e eventualmente heterogénea pluralidade de imaginários simbólicos da metrópole de Lisboa. Ao fim e ao cabo, o que aqui ficaria em causa, isto é, em exposição, seria o próprio debate sobre a *utopia urbana* – a que não seria estranha a incidência de uma hipotética Mitologia de Lisboa – enquanto proposição, também metafórica, do futuro da cidade, ou seja do futuro da Metrópole de Lisboa!

Referências Bibliográficas

- A.A. V.V., 1989, *O Imaginário da Cidade*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, ACARTE.
- BRITO, J. Pais de (ed.), 1994, *Fado. Vozes e Sombras*, Lisboa, Electa (Catálogo de Exposição – Lisboa Capital Europeia da Cultura).
- CORDEIRO, Graça I., 1997, *Um Lugar na Cidade: Quotidiano, Memória e Representação no Bairro da Bica*, Lisboa, Dom Quixote.
- COSTA, A. Firmino da, 1999, *Sociedade de Bairro: Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Oeiras, Celta.
- JOSEPH, Isaac, 1998, *La Ville Sans Qualités*, Paris, Éditions de l'Aube.
- LEDROUT, Raymond, 1968, *L'Espace Sociale de la Ville*, Paris, Anthropos.
- LOURENÇO, Eduardo, 1999, *Portugal como Destino seguido de Mitologia da Saudade*, Lisboa, Gradiva.
- MACHADO, F. Luís e COSTA, A. Firmino da, 1998, «Processos de uma Modernidade inacabada. Mudanças estruturais e mobilidade social» in J.L. Viegas e A. F. da Costa (orgs), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora.
- MATIAS Ferreira, V., 1998, «Cidades de Água, Mar Urbano... Impressões de Viagem», *Sociologia. Problemas e Práticas*, 26, pp. 181-186.
- MATIAS Ferreira, V. e Guerra, Isabel, 1994, «Identidades sociais e estratégias locais» in *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia.
- MATIAS Ferreira, V. e INDOVINA, Francesco (coords.), 1999, *A Cidade da Expo '98. Uma Reconversão na Frente Ribeirinha de Lisboa?*, Lisboa, Bizâncio.
- MATTOSO, José (dir.), 1992, *História de Portugal*, 1.º vol., Antes de Portugal, Lisboa, Círculo de Leitores.
- OSBERNO e ARNULFO (Narrações pelos Cruzados), 1936, *Conquista de Lisboa aos Mouros (1147)*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa (ed. bilingue, português e latim).
- RIBEIRO, Orlando, 1945, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Coimbra, Coimbra Editora.
- TORRES, Cláudio, 1992, *O Carb-Al-Andaluz* in José Mattoso, *op. cit.*, 361-437.
- VILLANOVA, Roselyne de, 2001, «Novas sociabilidades e miscigenação urbana. Segregação social e territorial – Portugal e França em confronto», *Cidades. Comunidades e Territórios*, 2, 9-18.

⁹ Não vem ao caso recensear uma bibliografia, limitada que fosse, sobre esta eventual «mitologia lisboeta», sendo que a obra citada de Eduardo Lourenço constitui, sem dúvida, a referência primeira de uma tal bibliografia. Mas se não se coloca, realmente, a questão de um tal recenseamento, refira-se contudo, a título meramente ilustrativo, os diversos estudos levados a cabo pelo antropólogo J. Pais de Brito, nomeadamente as investigações realizadas sobre o *fado* em Lisboa (cfr., nomeadamente, o catálogo de uma exposição sobre o Fado, comissariada por aquele antropólogo, editada em 1994).

¹⁰ A literatura sobre «projectos de cidade» é já relativamente ampla, não vindo ao caso, no entanto, a sua expressa referenciação neste momento. Contudo, no contexto da presente «nota de intenção» de uma exposição sobre Lisboa, aqueles «projectos» devem ser tomados no seu sentido literal, não se colocando também aqui a questão técnica da sua «tradução» para efeitos meramente expositivos.